

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.696 - DF (2018/0307151-6)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : LUNE PROJETOS ESPECIAIS EM TELECOM COM E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADOS : LUIZ SERGIO DE VASCONCELOS JUNIOR - DF029296
EDUARDO LISBOA RIBEIRO E OUTRO(S) - DF051354
AGRAVADO : ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA EDUARDO MACHADO DOS SANTOS E ASSOCIADOS
ADVOGADOS : EDUARDO MACHADO DOS SANTOS - RJ071405
LUÍS FELIPE CAVALCANTE SARMENTO DE AZEVEDO E OUTRO(S) - DF014280
ELAINE CRISTINA NUNES MACHADO MIRANDA - RJ106271

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. REINTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 05 E 07/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS (ART. 85, §11, DO CPC/2015).

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por LUNE PROJETOS ESPECIAIS EM TELECOM COM E INDUSTRIA LTDA, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pelas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, ao fundamento de incidência das Súmulas 05 e 07/STJ (e-STJ fls. 489-490).

Em suas razões, infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 493-508).

No recurso especial, a parte recorrente alega ofensa ao art. 783 do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, que o título que embasa a pretensão carece de liquidez e exigibilidade a autorizar o

Superior Tribunal de Justiça

ajuizamento do processo de execução, sobretudo pelo fato de o exequente/apelado não ter cumprido integralmente com a sua obrigação prevista no contrato de prestação de serviços advocatícios. Aduz, ainda, dissídio pretoriano.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 476-487).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

Ato contínuo, percebe-se que a irresignação não merece acolhida.

A parte recorrente, em sede de recurso especial, alega ofensa ao art. 783 do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, que o título que embasa a pretensão carece de liquidez e exigibilidade a autorizar o ajuizamento do processo de execução, sobretudo pelo fato de o exequente/apelado não ter cumprido integralmente com a sua obrigação prevista no contrato de prestação de serviços advocatícios. Aduz, ainda, dissídio pretoriano.

O acórdão recorrido, por sua vez, assim assentou (e-STJ fls. 429-432):

Os autos dão conta de que o exequente/embargado foi contratado pra prestação de serviços advocatícios, nos autos do processo nº 2003.51.01.518241-0, em curso perante a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, envolvendo os direitos da patente nº PI9202624-9, bem como nos processos e recursos correlatos (fls. 36/37).

Em contrapartida, pactuou-se o pagamento de honorários advocatícios, fixados em 2,5% dos direitos ou do valor total que vier a ser recebido pelo contratante no final da demanda ou de outras envolvendo o direito patentário em discussão naqueles autos, no êxito no recebimento dos créditos ou poio composição judicial ou administrativa.

O ajuste prevê, ainda, que os honorários incidam sobre qualquer recebimento, seja por determinação judicial ou por acordo extrajudicial e que são devidos mesmo nas hipóteses de transação ou qualquer outra forma de acordo, incidindo sobre o benefício que o contratante obtiver, verbis: (...)

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, a exigibilidade do título executivo em questão está atrelada à comprovação de que o exequente tenha prestado serviços advocatícios nos autos do processo nº 2003.51.01.518241-0 ou em processos correlatos e de que a executada tenha recebido valores, envolvendo o direito da patente nº PI92026249.

Os documentos de fls. 105/210 comprovam que o exequente, de fato, prestou serviços advocatícios ao embargante nos autos nº 2003.51.01.518241- 0. Deveras, após a requisição dos autos, foram formulados diversos requerimentos e protocoladas toda sorte de petições, inclusive agravo de instrumento.

Outrossim, é incontroverso que o embargante celebrou Instrumento Particular de Transação que abrangia a patente PI 9202624-9 e que em decorrência do acordo recebeu o montante de R\$ 40.000.000,00.

Conforme se verifica, restou devidamente provado implemento da condição (recebimento de valores relacionados à patente PI 9202624-9) e o adimplemento da contraprestação (prestação de serviços advocatícios nos autos nº 2003.51.01.518241-0). Portanto, o título é líquido, certo e exigível, na forma do art. 793 do Código de Processo Civil.

Ressalte-se a inexistência de previsão contratual que subordine o pagamento dos honorários advocatícios a provimento favorável na referida ação, de modo que o resultado do julgamento ou fato de o acordo não ter dado fim a ação em comento, não afastam a obrigação contratual livremente pactuada.

Com efeito, vislumbra-se que a irresignação da parte ora recorrente não merece guarida, uma vez que, elidir as conclusões do aresto impugnado, mormente quanto ao fato de que (a) "*os documentos de fls. 105/210 comprovam que o exequente, de fato, prestou serviços advocatícios ao embargante nos autos nº 2003.51.01.518241- 0*", bem como de que (b) "*o título é líquido, certo e exigível, na forma do art. 793 do Código de Processo Civil*", demandaria a reinterpretção de cláusulas contratuais, e o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta sede especial a teor das Súmulas 05 e 07/STJ.

A propósito, *mutatis mutandis*:

**PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO - CONTRATO DE
HONORÁRIOS - REEXAME DE PROVAS - INTERPRETAÇÃO**

Superior Tribunal de Justiça

DE CLÁUSULAS - INVIABILIDADE.

1. Tendo o Tribunal a quo afirmado que os contratos de honorários não constituem títulos líquidos exigíveis, não são aptos a ensejar a cobrança pela via executiva.

2. A pretensão do recorrente, ademais, funda-se em matéria fática (relativa ao adimplemento das áleas do contrato prestação de serviços advocatícios) e na interpretação de cláusulas do contrato, de modo que o exame da controvérsia fica obstado pelos enunciados sumulares n. 5 e 7 do STJ. Precedentes.

3. Recurso não conhecido.

(REsp 753.543/RN, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2005, DJ 12/09/2005, p. 345).

Destarte, melhor sorte não socorre à parte ora agravante, inclusive quanto ao alegado dissídio pretoriano.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o Tribunal de origem majorou a verba honorária para 12% do valor da causa, em benefício do patrono da parte recorrida (e-STJ fl. 435), a majoração dos honorários devidos pela parte ora recorrente para 14% do valor da causa é medida adequada ao caso.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial e, com base no art. 85, §11, do CPC/2015, majoro os honorários de sucumbência devidos pela parte ora recorrente para 14% do valor da causa.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

